

*Para uma Educação Global em Macau**

Ana Paula Dias**

*Macau é o sítio onde vivem misturados
os chineses com os estrangeiros.
Memorial do Mnistério da Justiça chinês,
Século XVIII¹*

Macau, território multicultural?

Em 1997 escrevia Ieong Sao Leng, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Macau² sobre o ensino de línguas no território: “O grau e a qualidade do intercâmbio cultural dependem do portador e do meio de propagação. A exactidão, a aptidão e a capacidade da língua, por sua vez, são influenciadas em grande parte, pela qualidade e eficiência do ensino das línguas. Apesar de assim ser, o actual método de ensino de línguas, em particular, o caso das línguas estrangeiras, pouco considera os factores culturais e os objectivos do intercâmbio cultural, como também, não considera os níveis do ensino e seu conteúdo, quer ao nível da metodologia, quer ao nível da avaliação”.

Constata-se que 15 anos depois a realidade não se alterou substancialmente. Embora por iniciativa do governo central da China tenha sido criado, em 2003, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, sendo “um mecanismo da cooperação de iniciativa oficial sem carácter político, que tem como tema chave a cooperação e o desenvolvimento económico e tem por objectivo reforçar a cooperação e o intercâmbio económico entre a República Popular da China e os Países de Língua Portuguesa, dinamizar o papel de Macau como plataforma de ligação a esses países e promover o desenvolvimento dos laços entre a República Popular da China, Macau e os Países de Língua Portuguesa”³ e o então primeiro ministro chinês, Wen Jiabao, tenha classificado, em 2010, Macau como “plataforma” para a lu-

* Texto escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

** Técnica Superior Assessora na Direção de Serviços de Educação e Juventude - DSEJ

¹ In *Macau, uma história cultural*, António Aresta e Celina Veiga de Oliveira, 2.ª ed., Fundação Jorge Álvares, Ed. Inquérito, 2009.

² *Revista Administração*, n.º 38, vol. X, 1997-4.º, 1079-1088.

³ <http://www.forumchinapl.org.mo/pt/aboutus.php>, acedido em dezembro de 2012.

sofonia e interlocutor privilegiado para o diálogo com os países de língua portuguesa, nenhum destes princípios se refletiu ou concretizou entretanto no sistema educativo de Macau.

Efetivamente, a palavra «diálogo» implica a necessidade de compreender e respeitar as línguas através das quais as culturas são expressas. E o multilinguismo pode facilitar este diálogo, reduzir o risco de as comunidades se fecharem sobre si próprias e ajudar a construir uma sociedade menos vulnerável a conflitos e mais adaptada ao mundo actual em evolução acelerada⁴; as vantagens são indiscutíveis e reconhecidas por todos.

Macau possui condições histórico-culturais susceptíveis de proporcionar condições para que as diferenças entre os vários grupos coexistentes no território – no qual a população emigrante sempre foi uma componente demográfica relevante – se traduzem em vantagens potenciais para promover relações harmoniosas entre as diversas culturas que compõem a sua sociedade.

De acordo com os dados dos Censos 2011, “os 326 376 indivíduos que nasceram fora de Macau equivaliam a 59,1% da população total (...). Segundo o local de nascimento, 255 186 indivíduos eram naturais da China Continental, representando 46,2% da população total (...). Os 226127 naturais de Macau representavam 40,9% da população total, enquanto os 19 355 naturais de Hong Kong correspondiam a 3,5% e os 1 835 naturais de Portugal ocupavam 0,3%.

O número de indivíduos naturais de outros países e territórios aumentou substancialmente, devido à afluência de trabalhadores não residentes. Salienta-se que 14 544 pessoas eram naturais das Filipinas, 7 199 do Vietname e 6 269 da Indonésia, perfazendo conjuntamente 5,1% da população total. Quanto à distribuição por continentes, 1 942 nasceram na Europa (excepto Portugal), 2 252 na América, 959 em África e 672 na Oceânia.”⁵

Em Macau há “449 274 pessoas a falar cantonense como língua corrente, representando 83,3% da população com idade igual ou superior a 3 anos, (...) as pessoas que falavam mandarim (5,0%) e inglês (2,3%) como língua corrente aumentaram respectivamente 3,4 e 1,6 pontos percentuais, relativamente a 2001. Este aumento deve-se, principalmente,

⁴ Unesco, “*Relatório Mundial Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*”.

⁵ Fontes: Direção dos Serviços de Estatística e Censos - Governo da RAE de Macau (Resultados globais dos Censos de 2011).

à imigração e ao acréscimo do número de trabalhadores não residentes. (...) Quanto ao domínio de outras línguas, 41,4% falavam mandarim, representando mais 14,7 pontos percentuais em comparação com 2001, enquanto 21,1% falavam inglês e 2,4% portugueses.”⁶

No entanto, o ensino em Macau ainda tem um longo caminho a percorrer no que toca à compreensão e integração desta grande diversidade de realidades étnicas, culturais e linguísticas coexistentes no território e à promoção da consciência multicultural e global. Veja-se, a título de exemplo, que tendo sido sempre um território multiétnico desde a sua formação, a circunstância de o português ser língua oficial em Macau (estatuto consignado quer na Declaração Conjunta Luso-Chinesa de 1987⁷, quer posteriormente no Artigo 9.08 do Capítulo I da Lei Básica da RAEM 1993⁸) nunca se viu refletida no sistema educativo.

Panorama actual do ensino do português em Macau

Apesar da presença dos portugueses na região desde o século XVI, o ensino e divulgação da língua portuguesa só tardiamente foram preocupações centrais da antiga administração portuguesa, nomeadamente, com a criação das escolas luso-chinesas, um projeto educativo que deu alguns frutos, mas que acabou por se ir desmoronando gradualmente.

Actualmente, a disciplina é apenas oferecida com carácter obrigatório na secção portuguesa das escolas oficiais luso-chinesas e optativo nas escolas particulares que integram a rede da Direção de Serviços de Educação e Juventude (DSEJ)⁹, com as seguintes cargas letivas:

Ensino Primário	Ensino Primário I	Ensino Secundário
2 tempos semanais, de 40 a 60 minutos	3 a 4 tempos semanais, de 40 a 60 minutos	2 tempos semanais, de 40 a 60 minutos
(260 a 330 horas por ano letivo)	(440 a 600 horas por ano letivo)	(260 a 330 horas por ano letivo)*

* A variação do número de horas anual decorre da escolha feita pelos estabelecimentos de ensino em relação à duração da aula.

⁶ Idem ibidem.

⁷ Consultar <http://www.gddc.pt/siii/docs/rar25-1987.pdf>

⁸ “Além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial.”, in <http://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/leibasica/index.asp>

⁹ A Escola Portuguesa de Macau não se enquadra nesse contexto, na medida em que tem paralelismo pedagógico com o sistema português e a disciplina de português é uma disciplina curricular (ensinada como língua materna).

As escolas dispõem de alguma autonomia em relação à organização curricular, pelo que podem optar por juntar os dois tempos letivos num só, assim como escolher a duração do tempo letivo, sendo a organização prevalecente a de dois tempos semanais no mesmo dia, de 40 minutos cada.

A par da distribuição da carga letiva, refiram-se ainda as seguintes condicionantes associadas ao ensino do PLE no território:

- Falta de professores profissionalizados com formação específica em PLE;
- Uso da mesma metodologia que é usada para o ensino de língua materna (LM);
- Falta de materiais didáticos adequados às características dos alunos de língua materna chinesa;
- Expansão rápida do inglês (mais procura e mais do dobro das escolas, em detrimento do português , vd. tabela).

**Tabela de dados estatísticos escolares (Ano Lectivo 2011/2012)
Número de unidades escolares (Classificado por nível de ensino e
língua veicular) Data de Estatística: 2011-11-26¹⁰**

Língua veicular	PRE	PRI	SEC	PRE+ PRI	PRE+SEC	PRE+PRI +SEC	ESP	TOTAL
CHINÊS	10	8	25	31	-	10	4	100
INGLÊS	1	1	2	-	-	5	-	13
PORTUGUÊS	1	-	3	1	-	1	-	6
Total	12	9	30	32	-	16	4	119

As consequências do contato esporádico e descontextualizado dos alunos com a língua portuguesa (uma aula por semana e falta de oportu-

¹⁰ Disponível em http://portal.dsej.gov.mo/webdsejspace/internet/category/teachorg/Inter_main_page.jsp?id=8525

nidade de praticar a língua fora da escola), associadas às condicionantes atrás referidas, convergem para a criação do seguinte panorama¹¹:

- Desistência por parte dos aprendentes por causa das dificuldades encontradas;
- Falta de estímulo por parte dos professores dados os fracos resultados no processo de ensino/aprendizagem ;
- Assim, “o não desenvolvimento de programas educativos específicos para o público em questão tem como consequência o desaparecimento progressivo da língua portuguesa no seio da comunidade macaense”;
- Os aprendentes não necessitam do português para a comunicação quotidiana.

No entanto, e ao invés do que seria de esperar em função do panorama descrito, o estatuto do português no contexto atual tende a modificar-se. Na última década, cada vez mais pessoas, com grande incidência nos chineses da China Continental, têm mostrado interesse em aprender o português. As principais razões que determinam esta procura prendem-se com interesses económicos, com o avolumar de negócios entre a China Continental e os países de língua portuguesa (ESPADINHA & SILVA, 2008).¹²

O grande boom de procura da aprendizagem da língua portuguesa na China deu-se a partir de 2005, quando a China viu crescer a sua economia mais de 20% e teve a ver com a necessidade de contratar mediadores linguísticos para dialogarem com os promissores mercados de Angola, Moçambique e Brasil - e Macau é recorrentemente referida como um elemento fundamental de ligação, como “uma plataforma” para essas negociações, inclusive por parte do governo central da China.¹³

¹¹ GROSSO, M. J. dos Reis. (2007). *O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes de Língua Materna Chinesa*. Universidade de Macau, Macau.

¹² ESPADINHA, M. A. & TEIXEIRA e SILVA, R. (2008) “*O português de Macau*”. In: Lima-Hernandes, Maria Célia; Marçalo, Maria João; Micheletti, Guaraciaba & Martin, Vima Lia de Rossi (orgs.). *A língua portuguesa no mundo*.” São Paulo: FSLCH-USP.

¹³ ROCHA, Rui , (2011). “*A língua portuguesa, a vital commodity em Macau e na China*”, comunicação apresentada no Colóquio Internacional da Praia: a Língua Portuguesa nas Diásporas, Cidade da Praia, IILP, novembro.

Que futuro?

Segundo GROS (2003)¹⁴, e tal como os dados precedentes indicam, “a globalização, em dimensões como a economia e a tecnologia, precedeu largamente, em certo sentido, a globalização aos níveis cultural e educacional”; isso implica então que a educação deva ser repensada à luz de novos parâmetros e paradigmas, o que coloca muitos desafios às escolas, nomeadamente, o de encorajar o desenvolvimento de perspectivas transversais e multidisciplinares e o de serem espaços democráticos de cultura, conhecimento e convivência global.

Embora haja em Macau a consciência da importância que o ensino e o domínio da língua portuguesa, assim como a aprendizagem da cultura portuguesa e macaense devem assumir nos currículos escolares e nas competências dos alunos, o facto de 93 das 106 escolas do território serem privadas dificulta a implementação de mudanças.

Para além disso, a escola, enquanto instituição social, tem sido sobretudo uma entidade local, transmissora de valores locais, financiada com impostos locais ou nacionais, servindo propósitos locais ou nacionais, preparando trabalhadores para a economia local (ZHAO, 2009).¹⁵ Ora, devido à competitividade global, tende-se hoje a recorrer a estudos comparativos internacionais para levar a cabo reformas na educação e a adotar padrões de aferição de currículo; e se os resultados do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) 2009 apontam para o facto de Macau ocupar o primeiro lugar a nível mundial no que concerne à equidade no acesso à educação, também mostram que estes mesmos alunos se encontram abaixo do nível da OCDE em termos de nível de literacia, especialmente no que se refere à competência de análise crítica e interpretação¹⁶ - que Gardner¹⁷, por exemplo, aponta como fundamentais para os desempenhos que a sociedade global requer.

¹⁴ GROS, François. (2003) *Desafiar as universidades numa sociedade de conhecimento*. In *Globalização, Ciência, Cultura e Religiões*, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, D. Quixote.

¹⁵ ZHAO, Y. (2009). *Catching up or leading the way: American education in the age of globalization*. Alexandria, VA: Association For Supervision & Curriculum Development.

¹⁶ Vd. portal.dsej.gov.mo/dsejspace/.../UploadList_viewfile_page.jsp?id...

¹⁷ Howard Gardner in Suárez.Orozco, 2004: 253-255.

O sistema educativo local e as suas políticas terão, portanto, de procurar responder a estes desafios, levando as escolas a reavaliarem currículos e pedagogia, de modo a equipar os seus alunos com as competências e conhecimentos que lhes permitam ultrapassar a actual situação. As escolas precisam de construir currículos orientados para a promoção da competência global dos alunos através, por exemplo, no maior investimento na oferta de línguas estrangeiras, o perfeito conhecimento das mesmas; a disponibilidade de materiais mais adequados; e o aprofundamento na compreensão de outras culturas; identificar e esclarecer os pontos enuncia que ajudarão os jovens a viver, trabalhar e interagir com pessoas de diferentes culturas e países, devido ao aumento da intensidade e frequência da comunicação intercultural a que estão sujeitos; para enfrentar estes desafios, as escolas precisam igualmente de professores com formação adequada, que entendam as implicações da globalização, que sejam capazes de trabalhar com uma população de estudantes diversificada cultural e linguisticamente.

Em suma, o desafio para a educação em Macau não é muito diferente daquele que se coloca em muitos outros locais - a adoção de uma visão global na sua forma de pensar e o desenvolvimento de um sentido de cidadania global.

Mas como refere Sequeira (2012)¹⁸ embora seja consensual que “a educação intercultural é encarada atualmente como indispensável para o processo de aquisição da língua em sentido estrito, ao mesmo tempo que se considera um instrumento útil na educação em geral” (p. 305) e proliferem nos programas “termos como competência cultural, sociocultural, intercultural ou interculturalismo e multiculturalismo” (p. 306), estes não são acompanhados de conceptualização ou definição e “os próprios modelos de comunicação intercultural, que nos últimos anos têm sido propostos, não são suficientemente universais, pois foram desenvolvidos em contextos ocidentais e por isso são potencialmente etnocêntricos”, pelo que (tal como no título do artigo) se pergunta se este não será mais um lugar de “utopia”.

¹⁸ SEQUEIRA, Rosa Maria, 2012 “*A comunicação intercultural é uma utopia?*” in Peter Petrov, Pedro Quintino de Sousa, Roberto López-Iglesias Samartim e Elias Torres Feijó, *Avanços em Literatura e Cultura Portuguesas. Século XX*, vol. 3, Santiago de Compostela/Faro: Associação Internacional de Lusitanistas e Através Editora, pp. 303-316

